

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 51

Aos quinze dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Abril, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e José Arménio Sequeira Pereira, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da

Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Delgado da Maia, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga e Libério da Silva Santos.

Seguidamente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, João Gabriel Ferreira dos Santos, Libério da Silva Santos, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Carlos Manuel da Silva Santos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Abril, cujos pontos a seguir se transcrevem:

1 - *COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;*

2 - *CÂMARA MUNICIPAL - CONTA DE GERÊNCIA E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES RELATIVOS A 1995;*

3 - *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE CONTAS E GESTÃO DE 1995.*

Seguidamente deu nota de toda a correspondência entrada no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, informando que a mesma se encontra à disposição dos Srs. Deputados para consulta.

Imediatamente a seguir submeteu à discussão e votação da Assembleia as seguintes Actas:

ACTA Nº 41 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 42 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e uma abstenção.

ACTA Nº 43 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.

ACTA Nº 44 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação mereceu aprovação por unanimidade.

Seguidamente entrou-se no período de antes da ordem do dia:

Entretanto saiu da sala o Vogal Olinto Ravara.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Vitor Mangerão:

"Vou só referir uma coisa que me é muito querida, muito cara, e deixo aqui o recado à "Sra. Câmara", como diziam os antigos, que é uma coisinha no plano estético: que se abrisse concurso na população escolar, portanto entre os alunos dos Estabelecimentos de Ensino do concelho, para que alguns espaços da cidade fossem melhorados no seu aspecto; concretamente, refiro-me ao viaduto por baixo do caminho de ferro na zona da Forca, que tem um aspecto lastimável apesar do arranjo que andaram a fazer na continuação da Fábrica Jerónimo Pereira de Campos, mas o próprio viaduto em si mesmo que é uma grande superfície, está todo pintado, todo esborratado e com cartazes pavorosos que lhe dá muito mau aspecto, naquilo que é uma das entradas principais da cidade. Eu proporia, sem grandes gastos para o Município, que aquelas áreas fossem decoradas depois de obtido o resultado do concurso a abrir na população escolar."

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Vitor Martins e João Gabriel Ferreira Santos, tendo este último ocupado o seu lugar de Segundo Secretário.

Vogal Nuno Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria referir dois pontos que suscitaram a minha atenção e a minha preocupação: o primeiro ponto que eu queria abordar era este: - algumas poucas semanas antes do dia de Stª Joana de 1995, tive oportunidade de sugerir aqui no quadro dos

agraciamentos e das distinções que são conferidas a cidadãos de Aveiro, que me parecia que um homem que tem desempenhado uma acção altamente meritória no nosso concelho, devesse eventualmente, ver o papel que tem desempenhado ser devidamente ponderado pela Câmara de Aveiro, quando desse processo. Refiro-me concretamente a um homem que no plano da defesa e da entreaajuda dos jovens perante o flagelo da toxicodependência tem tido uma acção única no país, e, se por exemplo este ano com toda a justiça se distinguiu um homem como o nosso querido amigo Atita, que tem salvo ao longo da sua vida dezenas de pessoas, de morrerem afogadas nas praias, este homem que também eu refiro, que é o Sr. José Henrique Madail, é um homem que tem salvo dezenas de jovens do flagelo mais degradante que é a dependência da droga; esse homem juntamente com outros, tem desempenhado um papel fantástico e admirável no que respeita a esse domínio. Nessa altura, o Sr. Presidente disse-me e muito bem, "este ano não há tempo para atender a esses casos, as coisas estão já definidas, mas para o ano que vem não deixará a Câmara de analisar essa situação". Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se de facto aconteceu assim, ou se houve esquecimento? esquecimento que, do meu ponto de vista não deixa de ter alguma gravidade.

O segundo ponto que eu queria abordar, foi-me sugerido por um artigo que vem publicado no Diário Regional, de anteontem, e referente à situação em que está a Capitania do Porto de Aveiro. O que me parece a mim muito importante, é que se supõe ou se desconfia, que neste momento a construção do edifício da "Concasa" ao lado do da Capitania, o edifício da Capitania está a afundar-se a olhos vistos, e amanhã deparamos com um facto consumado, como é hábito no país, o edifício da Capitania vai à viola e, lá está o poder económico novamente a vencer e a construir outro belo edifício de uma arquitectura arrojada, moderna etc., onde todos os Aveirenses e toda a gente culta se vai rever naquela arquitectura; ora bem, e uma pergunta aqui o articulista deixa ficar, "o que vai fazer a Assembleia Municipal?" eu penso que há que tomar posição quanto a isto e recomendar à Câmara que não deixe iludir-se com toda esta tentativa do poder económico exercer uma influência injustificada, ilegítima e imoral sobre aqueles a quem compete tomar decisões de carácter político. Faço minhas as palavras do articulista e deixo aqui o meu

apelo à Câmara Municipal para que perante esta situação e eu penso que esta situação vai ser reproduzida a um nível nacional através de órgãos da comunicação social, para que Aveiro não veja os problemas que a afectam serem dissecados de maneira que não honrará quem preside aos destinos de Aveiro num processo que a todos nos preocupa e que deve ser atalhado devidamente e a tempo."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Artur da Rosa Pires.

Vogal Filipe Neto Brandão:

"A minha intervenção resumir-se-ia a uma pergunta e a dois comentários; a pergunta foi feita já pelo meu amigo Nuno Tavares, permitindo apenas antecipar-me à resposta do Sr. Presidente e dizer-lhe que os Aveirenses não aceitarão que V. Ex^a responda, dizendo que tal edifício pertence ao Património do Ministério da Defesa. V. Ex^a sabe que até este momento a Câmara Municipal nada fez no sentido de preservar aquele edifício que é para todos nós Aveirenses o ex-libris da cidade; nenhum de nós concebe a ideia tenebrosa de algum dia circularmos na Ponte Praça e olharmos para quem vai para a Avenida, para o nosso lado direito, e não vermos a Capitania. V. Ex^a não pode ser o Presidente que pactuou com o fim da Capitania em Aveiro; agurdamos de V. Ex^a uma tomada de posição clara, inequívoca e enérgica, coisa que tem faltado sempre às posições da Câmara, na defesa da manutenção do edifício da Capitania.

Quanto aos comentários, queria comentar dois factos, um parece-me grave, o outro de natureza quase folclórica: o grave é que, penso eu pessoalmente, e penso que também a bancada em que me integro, não posso deixar de vociferar uma vez mais contra a atitude da Câmara Municipal de Aveiro, ao não promover as celebrações oficiais do 25 de Abril de 1974. Sabendo nós como sabemos que este ano até a Câmara Municipal de Vagos, também do PP, promoveu oficialmente as comemorações do 25 de Abril, a única conclusão que eu posso tirar é que não se trata de qualquer deliberada posição política do Partido instalado na Câmara, mas tão só de uma posição pessoal, V. Ex^a dir-me-á até quando Aveiro deixará de celebrar o 25 de Abril de 74, data que consabidamente restituiu aos Portugueses os seus direitos fundamentais e, no caso que nos diz respeito, sejamos ao menos gratos, instituiu o

verdadeiro Poder Local em Portugal, quanto mais não fosse, por isso, V.Ex^a deveria de ser o primeiro a promover as comemorações oficiais.

Vamos então ao facto folclórico, claro, é a visita de Sua Alteza Real, Duque de Bragança, D. Duarte. V. Ex^a Sr. Presidente, não desconhece certamente que o Decreto-Lei de 15 de Outubro de 1910, estatua no seu artigo 1º, que a República tem por abolidos e não reconhece quaisquer títulos nobiliárquicos, distinções honoríficas ou quaisquer direitos de nobreza; V. Ex^a sabe perfeitamente, pode ter as convicções que quiser, pode até ser um monárquico convicto, não pode é, desrespeitar a lei, não pode desrespeitar a Constituição e fazer uso do seu cargo institucional para promover uma causa que manifestamente se não coaduna com a Constituição Portuguesa e, mais do que com a Constituição, com a lei.

V.Ex^a perdoe-me a crueza das palavras, mas fez incorrer esta Câmara no ridículo: dizer que está presente uma Alteza Real, quando Rei não é de nada, o único Rei que eu conheço até hoje, perdoem-me os Monárquicos, é o Rei das Farturas, não conheço mais nenhum, não posso deixar de obviamente, de censurar esse facto."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Vogal António Salavessa:

"Quería subscrever primeiro que tudo estes dois comentários, do Sr. Filipe Brandão, porque apesar do desfile chamado "real" acabar na Praça da República, não deixa de ser chamada a atenção para alguns contornos menos claros e que acabam por pôr de facto o Município em ridículo.

Iria entretanto abordar outras questões: em primeiro lugar, ia referir que está agendado na Assembleia da República para o próximo dia 17 a discussão e a votação de uma lei que a pretexto da redução para quarenta horas da semana de trabalho superior a quarenta horas, atenta de forma muito grave contra direitos adquiridos pelos trabalhadores e contra os interesses dos cidadãos de todo o país, nomeadamente deste concelho de Aveiro; a pretexto deste documento, pretende-se alterar significativamente a organização dos períodos de trabalho, que podem levar a que os trabalhadores possam apenas por vontade da entidade patronal, ter que praticar durante períodos e nos dias em que a entidade

patronal pretende, jornadas de trabalho de dez horas diárias; este facto, vai trazer uma profunda desorganização da vida dos trabalhadores por conta de outrém, vai fazer com que seja cada vez mais difícil organizar os períodos de descanso, organizar os actos de cultura e os actos de lazer, todos estes aspectos, e ainda por cima sem pagamento de horas extraordinárias, vai ser um elemento perturbador da vida dos cidadãos de Aveiro, aliás como de todo o país; há muitos cidadãos que são também activistas, carolas, em colectividades, em associações, e esta desorganização da sua vida pessoal, ao ritmo e à vontade das entidades patronais, vai acabar por se reflectir também na capacidade de intervenção e de organização dessas instituições que são tão queridas à vida do concelho. Trago esta questão aqui não apenas por uma preocupação de classe, mas sobretudo, por uma preocupação de munícipe que sente que os interesses dos outros munícipes vão ser lesados com esta legislação, por isso, não posso deixar de aqui a trazer."

Seguidamente o Vogal António Salavessa apresentou na Mesa a seguinte proposta de deliberação, cujo teor a seguir se transcreve:

"Proposta de deliberação

Considerando:

- a) o interesse de uma cada vez maior transparência da vida autárquica;
- b) o perigo real de promiscuidade entre o funcionamento dos órgãos autárquicos e os interesses particulares de qualquer eleito;
- c) a faculdade criada pela aprovação e publicação da Lei 28/95 de 18 de Agosto.

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera:

1º Criar, nos termos da Lei, um registo de interesses nesta autarquia, registo que consiste na inscrição, em livro próprio, de todas as actividades susceptíveis de gerarem incompatibilidades ou impedimentos e quaisquer actos que possam proporcionar proveitos financeiros ou conflitos de interesses.

2º Que a Conferência de Representantes de Agrupamentos Políticos, até à realização da Assembleia Ordinária de Setembro, proceda à elaboração do projecto de regulamento deste registo, nomeadamente o seu conteúdo e o modelo a ser preenchido por todos os eleitos dos órgãos municipais. "

Presidente da Mesa:

Sr. Salavessa, se estiver de acordo iríamos tratar dessa proposta no final deste período de antes da ordem de trabalhos."

Vogal Nuno Tavares:

Sr. Presidente, naturalmente que eu não estou mandatado por ninguém para responder a parte da intervenção do meu querido amigo Filipe Brandão, mas naturalmente não me sentiria bem comigo próprio se não tecesse algum comentário acerca daquilo que o Dr. Filipe Brandão acabou de dizer quanto à visita do Sr. D. Duarte de Bragança à cidade de Aveiro, eu por acaso não estive presente porque não pude, estava ausente de Aveiro, mas penso que é uma visita que honra a cidade e que não é naturalmente ofensiva para qualquer cidadão aveirense, nem belisca com os sentimentos legítimos Republicanos e enfim dos cidadãos que são Republicanos; mas eu queria lembrar o seguinte: durante os dois mandatos do Sr. Dr. Mário Soares como Presidente da República, Dr. Mário Soares a quem eu presto as minhas homenagens, e mais, sempre que se teciam grandes elogios à forma exemplar como o Dr. Mário Soares exerceu os seus mandatos, dizia-se: "é um verdadeiro Rei"; por outro lado, eu como Monárquico que sempre me afirmei, penso que ser Monárquico é também uma atitude de respeito para com a instituição que presidiu aos destinos do País, ao longo de séculos, que fizeram de Portugal aquilo que ele é, com altos, com baixos naturalmente; o Dr. Mário Soares foi um Presidente da República, em muitas cerimónias oficiais, sempre que entendeu adequado, convidou para essas cerimónias dando o lugar que entendia ser adequado, ao representante da Casa Real Portuguesa, mais, o Dr. Mário Soares, arrostando embora com críticas vindas de alguns sectores, não hesitou em corresponder ao convite do Sr. D. Duarte, para o seu casamento, foi lá como Presidente da República naturalmente e não apenas como o Dr. Mário Soares.

A única coisa de que não gostei na intervenção do Dr. Filipe Brandão, foi dizer: "o único Rei que eu conheço é o Rei da Farturas", quer dizer, é uma atitude deselegante que não está de acordo com o perfil exemplarmente correcto a que o Dr. Filipe Brandão tem habituado esta Assembleia e tem habituado até a cidade. Portanto, eu queria dizer o seguinte: uns são Monárquicos, outros são Republicanos, respeitemo-nos mutuamente e encaremos isso sobretudo, não como o primeiro problema que deve preocupar neste momento os Portugueses, respeitemo-nos uns aos outros, demos as mãos para construir um País melhor e um Aveiro melhor e mais próspero, e deixemos cá vir o Sr. D. Duarte, quando ele entender, que não via ferir nem beliscar a sensibilidade de ninguém."

Seguidamente o Vogal João Peixinha, referiu-se às dificuldades em transitar na cidade, salientando que a sinalização existente nas entradas da EN109 não ajudam a desviar o trânsito para outros locais, havendo por isso necessidade urgente de alterar toda esta situação com vista a melhorar a fluidez do trânsito.

Prosseguindo chamou atenção para a necessidade da Câmara proceder à reparação do gradeamento em ferro da ponte junto ao Pavilhão do Beira-Mar, uma vez que o mesmo está destruído em consequência dos acidentes que se dão naquele local.

Alertou também para a necessidade de se colocar uma passagem de peões na zona da Gulbenkian para a Rua da Pêga, bem como proceder a uma melhor iluminação do local e ainda a colocação de uma placa a indicar a saída da zona industrial.

Finalmente informou ainda a Câmara de que o esgoto continua a chegar aos Cais dos Moliceiros, sem ser tratado, considerando por isso uma situação vergonhosa aquilo que se passa lá, tornando-se urgente que a Câmara tome as necessárias providências para que tal situação não se verifique.

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi já abordado aqui um tema por parte do Sr. Salavessa, quantos às suas preocupações sobre o processo legislativo respeitante a horários de trabalho; isso fez-me recordar que recentemente no âmbito do funcionalismo municipal terá o Sr. Presidente da Câmara, no uso das suas competências de superintendência no pessoal, dado um despacho no sentido de mandar

comparecer os trabalhadores mais humildes, nomeadamente, os pedreiros, os cabouqueiros, etc, quando o seu local de trabalho é fora da cidade, eles têm de comparecer no mínimo meia hora antes nos Armazéns Gerais, para depois daí partirem para os seus destinos. Não sei se a Câmara paga essa meia hora, mas temos que convir que com essa determinação, não é seguro que o Sr. Presidente tenha procedido enfim, com espírito de justiça e equidade nessa matéria, tanto mais que, muitos outros trabalhadores não seguem esse sistema; não vou aqui discutir juridicamente se o Sr. Presidente tem razão ou não, mas vou apenas fazer um apelo a que o Sr. Presidente reveja esse despacho, que não se deixe arrastar por qualquer mera informação interna ou parecer linear que apontam esse rumo, porque as coisas não são de facto tão lineares nessa matéria, e, recomendava ao Sr. Presidente que mandasse proceder a uma análise e a uma revisão desse despacho.

Também se falou aqui de monumentos e de datas históricas: amanhã dezasseis de Maio, devia comemorar-se uma data histórica, que foi a Revolução de 1828, como sabem dezenas de Aveirenses foram decapitados por terem tido a coragem de lutar pela liberdade;

Aveiro, costuma dizer-se que é uma cidade e um município carente de monumentalidade, de uma certa história, comparativamente com Coimbra, com o Porto, e, numa altura em que efectivamente nós estamos todos aqui nesta região a reivindicar um certo posicionamento sobre esta matéria, penso que não devemos descurar absolutamente nenhuma data histórica, nenhum monumento histórico, nenhum elemento da nossa memória que efectivamente dê aos Aveirenses alguns pergaminhos;

Pode para uns ser uma data mais simpática, para outros menos simpática, refiro-me a qualquer data histórica, a história tem dessas coisas, só que nós em Aveiro temos que efectivamente aproveitar todas as datas que nos enriqueçam a memória, que enriqueçam a monumentalidade, que dêm testemunho da história Aveirense e, meu amigos, no meio da Avenida Lourenço Peixinho, existe uma pedra tão mal tratada que eu na véspera do dezasseis de Maio, não posso deixar de recordar aqui e fazer um desafio a esta Câmara que, de hoje a um ano, tenhamos essa pedra complementada com algo que evoque essa liberdade, que Aveiro, cidade dos congressos da oposição democrática,

Tru
Dere
Carvalho

cidade que foi berço da liberdade tanto deve efectivamente testemunhar e acarinhá-los todos esses eventos históricos."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, é alarmante a onda de roubos em pleno centro da cidade, o descaramento é tal, que já se assaltam estabelecimentos à frente de testemunhas, não podemos passar impassíveis a esses acontecimentos; o ambiente degrada-se e os roubos aumentam, e tudo por falta de policiamento nocturno; a zona do Rossio passou a ser um local de ataque da prostituição nocturna; é muito pouco uma cidade como a nossa ser patrulhada à noite só por um carro de vigilância; eu pergunto, porque não se faz a vigilância por moradia? patrulhamentos de mota e motorizadas? seria mais eficaz. Sr. Presidente, pedia a atenção de V. Ex^a para interceder no Comando da Polícia de Segurança Pública, sobre este caso.

Sr. Presidente da Câmara, diversas vezes se tem falado nesta Assembleia sobre a falta de respeito e consideração que a Câmara tem tido para com os Presidentes de Junta de Freguesia; não vou lamentar mais esta falta de consideração, porque, os Srs. ao desrespeitarem um autarca eleito como os Srs. foram, estão a faltar ao respeito não só aos Srs. como a quem os elegeram; quando digo que não lamento mais, digo-o numa certeza: parece que os Srs. gostam de ser tratados com agressividade e deselegância.

Reuniram-se em Aveiro as cidades geminadas, consideradas cidades irmãs; segundo a Imprensa, esta reunião serviu para efectuar uma retrospectiva da acção desenvolvida no passado e passar às perspectivas futuras, na vontade de incentivar os intercâmbios associativos e culturais e criar fichas de caracterização das diferentes cidades. Sr. Presidente, será que haverá cooperação eficaz sem envolver neste projecto as Juntas de Freguesia? a não ser que a cooperação desejada seja traduzida em mais trocas de viagens para assistir a festas, casamentos e baptizados. É muito pouco que ao fim de quinze anos e depois de diversas trocas de viagens, os habitantes da cidade irmã de Oyta tenham um sonho: possuir um barco moliceiro.

Qual tem sido a influência cultural das nossas raízes? qual o critério da escolha das nossas representações culturais? Sr. Presidente, não é a primeira vez que V. Ex^a vai mostrar, a freguesia da Vera-Cruz a

diversos convidados da autarquia, não acha deselegante não fazer representar a Junta de Freguesia nessas visitas? Sr. Presidente, falo só em deselegância, mas a falta de consideração, hostilização tem sido tão permanente que até penso que já o fazem por má fé. Para que saiba, recebi de V. Ex^a um convite para assistir à chegada do séquito real, recreação da visita do Rei D.Luís, para espanto das pessoas que assistiram, não me deixaram passar, visto que as ordens eram só para deixar passar o Sr. Presidente da Câmara e os Vereadores; isto passou-se em pleno coração da freguesia da Vera-Cruz. Sr. Presidente da Câmara, estava lá porque fui convidado por V. Ex^a, porque era da Vera-Cruz e não por outras razões.

Finalmente gostaria de saber quais são os critérios que a Câmara adopta para a atribuição de medalhas aos munícipes Aveirenses e quais os conselheiros da Câmara nessa matéria e ainda quais foram as tomadas de posição da Câmara Municipal no que respeita ao edifício da Capitania."

Seguidamente no uso da palavra o Vogal Cruz Tavares, teceu várias considerações relativamente ao risco do edifício da Capitania de Aveiro se poder vir a desmoronar em consequência da construção do edifício da "Concasa". Considerou no entanto que ainda é tempo e ainda vale a pena perder o dinheiro suficiente para se recuperar o referido edifício.

Relativamente ao calendário de datas referidas em algumas intervenções, nomeadamente a do 25 de Abril, a da Revolução de 1828, a data do 5 de Outubro de 1910, disse que já o ano passado se pronunciou contra as manifestações só do 25 de Abril, por continuar a entender que o 25 de Abril foi uma ruptura, foi uma revolução que interrompeu uma longa ditadura, mas que foi um acto que abriu as portas não só à democracia, mas que permitiu que se iniciasse de imediato um processo muito rápido de instauração de uma nova ditadura que, pelos indícios, pelos vestígios e pelos efeitos que teve tempo de gerar, se assemelhava a algo muito mais grave do que a ditadura anterior: - um ano após o 25 de Abril, havia mais presos políticos do que no último dia da ditadura Salazarista. É por isso que não se opõe a que se comemorem datas como o 25 de Abril, no entanto é de opinião que também se devem comemorar outras, como o 25 de Novembro, a Revolução de 1828 etc.

Finalmente e em relação ao convite que a Câmara fez ao Sr. D. Duarte, disse achar que foi uma gentileza e que ficou muito agradado com essas comemorações.

Entretanto tinham saído da sala os Vogais, Vitor Mangerão, Martins de Carvalho e Carlos Santos e Sequeira Pereira.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação da Assembleia a admissão da proposta apresentada na Mesa pelo Vogal Salavessa. Submetida à votação foi a mesma rejeitada por doze votos contra, sendo quatro do PP, três do PSD e cinco do PS; cinco votos a favor, sendo um voto do PP, três do PSD e um da CDU; nove abstenções, sendo sete do PP e duas do PSD.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Nuno Tavares, nos seguintes termos: "Sr. Presidente, eu votei a favor da proposta, porque não tenho rigorosamente nada a opôr a que este assunto, como muitos outros que aqui se têm discutido seja sujeito a debate."

Do Vogal Custódio Ramos, nos seguintes termos: - "Votei contra a admissão da proposta por questões de princípio de ordem jurídica, de legalidade e ainda por princípios de ética e de equidade. Quanto à legalidade, esta lei é aplicável a partir do início do novo mandato ou exercício de funções, ou seja, a lei 28/95 de 18 de Agosto não é aplicável aos titulares de cargos autárquicos em Aveiro, salvo uma ou outra excepção que eventualmente tenha iniciado funções posteriormente a dezoito de Agosto. Compete a esta Assembleia deliberar e regulamentar o funcionamento do registo de interesses, só que a iniciativa de regulamentar, penso que esta Assembleia não a veta, esta Assembleia estará disponível para tal iniciativa e a Mesa de Representantes, onde o Sr. Salavessa preponente do documento que foi rejeitado, tem assento, acho que é em minha opinião o órgão competente para tomar a iniciativa de regulamentar tal matéria."

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "Votei contra a admissão da proposta, não porque não concorde com o conteúdo

e com os princípios que ela defende, mas pela falta de abertura do Sr. Salavessa, à discussão proposta em sede própria."

Do Vogal Flípe Neto Brandão, nos seguintes termos: - *"Votei contra a admissão desta proposta por entender que ela não é processualmente oportuna; entender antes pelo contrário, que ela aborda matéria que deve ser discutida numa Assembleia Municipal regularmente convocada, ou seja, fazendo parte ou constando da ordem de trabalhos. Por outro lado eu não posso deixar de subscrever as palavras do Dr. Nuno Tavares, quando regista que o Sr. Salavessa para defender a bondade da sua posição não deixou inclusivé de apelar à elaboração por via regulamentar de uma ilegalidade, ou seja, chegou inclusivé a propôr que nós elaborássemos nesta Assembleia um regulamento, que contraria expressamente o que diz a lei."*

Vogal António Salavessa: - *"Votei a favor da admissão desta proposta, como tenho votado a favor da admissão de todas as propostas."*

Vogal Jorge Nascimento: - *"Votei contra a admissão desta proposta, fundamentalmente por entender que não seria o momento oportuno de ela aqui ser apresentada; e não foi o momento oportuno porquê? porque é um assunto com alguma gravidade, que no ponto primeiro estabelece desde logo, se fosse aprovada a proposta, a criação deste registo, e eu entender que pela gravidade da matéria isto deve figurar num ponto de ordem de trabalhos normal, e não num período de antes da ordem de trabalhos, para permitir que os membros desta Assembleia disponham do tempo necessário para amadurecerem os argumentos com vista à possibilidade de discussão e a uma deliberação conscienciosa, que poderá eventualmente até nem apontar no sentido de desde logo ser criada. Portanto, entendo que por falta de concessão de limitação da possibilidade de maturação que se viesse a trazer ao assunto, portanto à discussão do assunto, a proposta é absolutamente inoportuna quando apresentada num ponto antes da ordem de trabalhos."*

Do Vogal Rogério Leitão, nos seguintes termos: - *"Votei contra a proposta por entender que pela sua importância e pela*

responsabilidade que trás para a vida autárquica merece uma ponderação que eventualmente seria difícil de obter agora, rapidamente, no curto espaço de tempo que temos aqui nesta Assembleia; julgo portanto que deverá merecer ser agendada para outra oportunidade e ponderada para ser discutida e resolvida da melhor forma."

Do Vogal Cruz Tavares, nos seguintes termos: - "Votei a favor da admissão da proposta e fiquei com bastante pena que não se tivesse iniciado o debate na medida em que se trata de um assunto que afronta a classe política, na continuação de outras afrontas que já foram feitas a nível nacional com a entrada em vigor de uma lei semelhante em relação a todos os cargos políticos e portanto gostava que pelo menos a nível municipal a classe política se soubesse defender, inclusivamente tomasse a posição de deixar de o ser e integrar-se noutra profissão qualquer, por exemplo de Polícia de Segurança Pública, ou padaria ou coisa semelhante, onde não há leis deste tipo porque não há suspeições."

Usou seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder às várias questões colocadas pelos Srs. Deputados, referindo-se à Capitania disse que a Câmara Municipal sente com a mesma preocupação o que está a contecer à Capitania, só que de facto aquele edifício não é propriedade da Câmara Municipal, é património da nossa cidade, mas não é um edifício no qual a Câmara possa fazer obras de conservação, porque tem dono. Referiu também que neste últimos anos a Câmara teve vários contactos com o Ministério da Defesa Nacional, quer com o Governo cessante quer agora com o actual, tendo a Câmara manifestado sempre uma grande preocupação com as instalações militares que se encontram devolutas na cidade de Aveiro, tendo inclusivé a Câmara efectuado já vários relatórios sobre o assunto, inclusivamente já abordaram estas situações com o Sr. Chefe do Estado Maior do Exército, inclusivamente abordaram problemas da Capitania com um Sr. Almirante que se deslocou a Aveiro em representação do Estado Maior da Marinha, a Câmara trouxe também a Aveiro o Director Geral das Infraestruturas do Ministério da Defesa Nacional para tratar de assuntos relacionados com a Capitania, fizeram-se reuniões com as pessoas que a Câmara entendia

que deviam de intervir na resolução deste problema, salientando ainda que todas estas diligências se vêm efectuando desde 94.

Informou também que quer a Câmara, quer a Universidade de Aveiro, propuseram-se a colaborar financeiramente para a recuperação da Capitania. Todavia o que a Marinha pretendeu foi vender aquele imóvel à Câmara, ou seja, a Câmara tinha que investir cento e cinquenta mil contos, e ficar ainda com o encargo da recuperação do edifício. Considerou que se trata de uma situação muito complicada em termos de gestão financeira para a Câmara atendendo aos valores em jogo. Por outro lado, disse também não compreender o facto de um proprietário querer transferir o estado de conservação a que deixou chegar o seu património e transferir esse encargo para a Câmara Municipal.

Informou também que recentemente a última informação que chegou à Câmara foi a da assunção total por parte da Direcção Geral da Marinha para fazer a recuperação do edifício sem necessitarem da colaboração da Câmara. Foi agradável para a Câmara saber que a Marinha ia recuperar o edifício, para ali ir sediar a Capitania, dar vida de novo ao edifício e aproveitá-lo. A finalizar, disse ainda que a Câmara tem de facto manifestado junto das várias entidades preocupação pelo abandono daquele edifício, porque de facto é um ex-libris da cidade, sendo em suma este o ponto da situação.

Relativamente à celebração do 25 de Abril, disse que não tem sido hábito a Câmara fazer essas celebrações e desta vez também não lembrou, porém referiu que tem sido sempre muito complexa esta questão das celebrações, salientando que não cabe apenas ao Presidente da Câmara tomar essas decisões, mas cabe também à comunidade e à Assembleia, pronunciar-se sobre esta matéria.

Quanto às distinções honoríficas, disse que de facto não lembrou a figura indicada pelo Vogal Nuno Tavares, mas que futuramente será tida em conta.

No que se refere à visita do Sr. D. Duarte de Bragança, disse que não houve qualquer propósito da Câmara em ferir Republicanos ou Monárquicos, apenas a Câmara apoiou esta iniciativa, agora é provável que tenha havido algum aproveitamento político em consequência do que foi noticiado na comunicação social.

A finalizar teceu ainda algumas considerações, nomeadamente no que respeita à questão levantada pelo Sr. Barbosa relativa à proibição de subir ao palanque que se encontrava instalado para a chegada do rei D. Luís, dizendo que não houve qualquer tipo de proibição por parte da autarquia mas apenas a restrição imposta, resultou do excesso de lotação do referido palanque o que poderia pôr em causa a segurança das pessoas.

Relativamente à questão do barco moliceiro, disse que a Câmara deliberou fazer a oferta de um barco à cidade irmã de Oyta. Teceu também algumas considerações sobre urbanismo, referindo-se à zona envolvente da Ponte de Pau, referindo que a Câmara irá naturalmente ter muito trabalho para rectificar alguns dos comprometimentos já assumidos, mas relativamente àquele que aqui foi mencionado, disse que a Câmara até já propôs a compra dos terrenos ao proprietário, agora tudo depende se é possível ou não levar este projecto para a frente em função dos montantes financeiros envolvidos.

Usou seguidamente da palavra a Vereadora Maria da Luz Nolasco que, para além de algumas considerações sobre a recriação da visita do Rei D. Luís e da visita do Duque de Bragança a Aveiro, referiu-se nomeadamente à adesão e entusiasmo que a população de Aveiro pôs nesta realização, a qual, em sua opinião foi sem dúvida uma manifestação de interesse que ao mesmo tempo atesta com o sucesso da própria organização em si. Depois perguntou também, se Portugal como República que é não é também um País de Democracia? ou seja, já cá vieram a Aveiro outras personalidades, como por exemplo o Sr. Dr. Mário Soares, não vendo por isso mal nenhum que o Sr. D. Duarte se tenha deslocado a Aveiro, perguntando mesmo se não será o exercício da liberdade de expressão um direito de todos? por isso, entende que não se devem denegrir manifestações tão ingénuas e manifestações de identidade cultural como foi esta e que contribuem para a história local, com raciocínios às vezes mesquinhos e atormentados, pensando por isso que esses aspectos têm que ser ultrapassados.

Referiu-se também ao facto das crianças das Quintãs já não terem que ir para a Escola de Aradas, informando que as mesmas vão para a Escola de Oliveirinha, até porque se torna mais funcional em termos de transportes.

Novamente no uso da palavra o Vogal António Salavessa, formulou o protesto que a seguir se transcreve: - *"Protesto, porque pela primeira vez foi inviabilizada a discussão de uma proposta que, boa ou má, devia ter tido a oportunidade de ser defendida, e esta era boa. Ao impedir o avanço de um processo que visa a transparência da vida autárquica, que nunca seria terminado hoje e que passaria após a apreciação da deliberação pela Comissão de Representantes, estou convicto que esta Assembleia não se prestigiou. Seria a discussão do Regulamento ao nível da Comissão de Representantes a aferir se são válidos ou não alguns dos argumentos produzidos no decurso da discussão desta matéria. É significativo que nesta matéria haja quem sugira que a proposta deveria ter sido apresentada em Conferência de Representantes, nada mais tortuoso... tratar-se-ia em suma, que a discussão de uma proposta que visa a transparência fosse tomada na obscuridade de um órgão que funciona à porta fechada e não da forma aberta e exposta que é o debate neste órgão autárquico. Protesto em suma, porque invocando argumentos formais foi adiada uma discussão que, tenho a certeza, que os munícipes gostariam ver realizada."*

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE

Pelas 22,05 Horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário João Gabriel Ferreira Santos e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, José Arménio Sequeira Pereira, José Alberto Martins de Carvalho, Artur Lopes Lobo, João Tavares Duarte, Armando Manuel

Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos Santos Abreu, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir entrou-se na ordem de trabalhos:

Entretanto deram entrada na sala os Vogais, Fernando Tavares Marque, João Barbosa e João Peixinha.

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma, faz apenas parte integrante do original desta acta.

Usou seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para fazer a apresentação da Comunicação supra e para destacar alguns aspectos da actividade municipal considerados mais importantes no decurso deste trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal António Salavessa:

"No período de antes da ordem do dia falou-se de problemas de segurança que têm a ver com questões de iluminação, com questões

de arranjo, eu queria transmitir aqui aquilo que me foi transmitido por pessoas ligadas à Igreja das Barrocas àcerca da situação que se vive na zona envolvente da Igreja das Barrocas, em que a iluminação que lá está colocada não é ligada, nomeadamente quer a geral, quer holofotes que ali estão colocados, está tudo pronto a funcionar e não funciona, o que facilita que aquele espaço envolvente, seja antro de actividades marginais, com necessidade de intervenção policial e concerteza seriam evitados, caso a Câmara ligasse aquela iluminação com mais frequência ou que estivesse permanentemente ligada.

Queria também colocar a seguinte interrogação: escreve-se na informação que foi feito o ajardinamento da zona envolvente da "CliRia" na Urbanização Forca-Vouga, eu pergunto, havendo já tanta zona completamente construída onde moram pessoas que têm direito aos arranjos urbanísticos e aos ajardinamentos, qual é a razão porque o primeiro ajardinamento foi feito em volta desta empresa privada que não é de interesse municipal?

Queria também colocar a seguinte questão: voltando à questão da limpeza, transmiti o descontentamento que há, após a privatização, por não ter havido melhoria de serviços correspondentes àquilo que tinha sido afirmado, e queria perguntar quantos trabalhadores ainda se mantêm nos Serviços de Limpeza, portanto contrariando aquela ideia de que não iria haver custos de pessoal, significativos, após a entrega da concessão.

Também na Comunicação se escreve às páginas 13, em relação ao forum para a requalificação do Mercado Manuel Firmino, "que se aguarda a nomeação de elementos para este forum de discussão, por parte da Assembleia Municipal"; eu interpelava a Mesa, porque é que havendo esta falta, porque é que ela não é suprida por parte da Assembleia Municipal?

Fala-se do diagnóstico do Plano Estratégico da Cidade, queria colocar aqui com muita estranheza, o facto de ter sido, enquanto membro do PCP, tal como as outras forças políticas o foram, convidado para participar numa discussão com o Gabinete do Plano, em que um dos pontos era as nossas observações àcerca do Relatório de Diagnóstico do Plano Estratégico da Cidade, opiniões que não pude dar porque até esta

data ainda não tive acesso a esse documento; como é que é possível ser-se convidado para discutir uma coisa que ainda não se recebeu?

Relativamente ao Plano de Urbanização, queria saber, visto que o Relatório de Diagnóstico, já foi entregue em quinze de Abril, mas como já vamos perto do dia quinze de Maio e a Comissão de Acompanhamento ainda não teve oportunidade de se pronunciar, é se de facto o processo está ou não a avançar e se por acaso é útil que a Comissão de Acompanhamento da Assembleia Municipal se venha a pronunciar quase um mês e meio depois?

Está no relatório que "foi realizada uma reunião com a jurista da CCRC, com vista a esclarecimentos ao Regulamento do PDM"; gostava que a Câmara dissesse o que é que isto significa: se eram dúvidas de interpretação por parte da CCRC? ou o que é que foi da facto? visto que como é um documento resultante desta Assembleia Municipal, gostava de ser esclarecido sobre esta matéria."

Vogal João Barbosa:

"Chamava atenção para o seguinte: na página treze, em "Mercados e Feiras" diz assim: "foi aprovada em reunião de Câmara, uma proposta para a constituição de um fórum para a requalificação do Mercado Manuel Firmino, tendo e vista retomar uma discussão sobre os usos e a funcionalidade deste espaço. Conjuntamente com uma Comissão de comerciantes do Mercado e com a Associação Comercial, tem-se vindo a preparar uma intervenção imediata de melhoramentos naquele espaço. Aguarda-se a nomeação de elementos para este fórum de discussão por parte da Assembleia Municipal"

Como vê, faz-se estas discussões, faz-se este fórum e a Junta de Freguesia da Vera-Cruz não é ouvida. É que eu, até já li num jornal diário, que a intenção da Associação Comercial é fechar a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, e já agora eu também pergunto, a freguesia da Vera-Cruz que até está lá no centro, se calhar até o melhor é fechá-la? pois eu posso-lhe dizer que tem havido reuniões entre a Câmara e os comerciantes, e estes têm reclamado a presença do Presidente da Junta de Freguesia, pois nunca foi convocado para essas reuniões; portanto era só isso, e acho que não é preciso dizer mais nada..."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Artur da Rosa Pires.

Vogal Manuel António:

"A Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, suscita-me alguns comentários, o primeiro deles, é a construção da nova Ponte de Pau; a nova Ponte de Pau foi aberta ao trânsito e eu recordo-me que quando este assunto foi debatido aqui há uns tempos na Assembleia Municipal, foi perguntado à Câmara se as pistas de ciclistas estavam previstas para a Ponte de Pau, uma vez que a política da Câmara apontava para o sentido de haver reestruturações em várias artérias no sentido de se construírem pistas cicláveis e as novas artérias, principalmente grandes artérias como era o caso da que englobava a Ponte de Pau, teriam Pistas para ciclistas, eu perguntava onde é que estão essas pistas para ciclistas, que na altura nos foi dito que existiam?

A propósito da Ponte de Pau, eu gostaria de reflectir aqui que toda aquela zona, todo aquele arranjo numa zona relativamente nova em termos de urbanização, é uma zona que se apresenta já como um remendo, aliás, vários remendos, formou um "ghetto" em relação ao próprio Centro Comercial Oyta e aquela Rua, tem um remate que não dignifica nada aquela zona, mostra dois prédios encavalitados na Ponte, mostra uma rotunda sem acesso para peões numa zona central da cidade, penso que é uma zona que não dignifica nada o centro de Aveiro, e mais, toda aquela zona que em princípio deveria facilitar o trânsito em Aveiro, não facilita nada o trânsito que vem de uma zona bastante densificada que é a zona de Esgueira, pessoas que vêm da zona da Esgueira não têm acesso directo à Ponte de Pau, as pessoas que irão morar em toda a zona de Sá-Barrocas, que vai ser uma das zonas populosas desta cidade, não tem acesso directo à Ponte de Pau, e isto poderia ser alterado, e um sugestão que aqui fica é que bastaria para isso alterar o sentido de trânsito ou permitir o sentido de trânsito da Rua Eng^o Oudinot, também no sentido de um acesso directo pelo atravessamento da Av. Dr. Lourenço Peixinho, e ter acesso directo à Ponte de Pau; penso que escoava muito trânsito que continua a ter que utilizar a rotunda da Ponte Praça, quando poderia utilizar essa outra via.

Uma outra questão que gostaria de levantar diz respeito à iluminação pública de algumas zonas desta cidade, e, uma zona que me tem vindo a preocupar porque me parece que cada vez está mais degradada e que é uma zona escolar, é a zona por detrás da Escola

Comercial, é uma zona habitacional é uma zona escolar e é uma zona que tem uma fraca iluminação, tão mais fraca, quando agora as árvores estão frondosas e não deixam passar a luz, penso que é uma zona que a Câmara deve ter em atenção, fora outras zonas.

Relativamente aos autocarros, tem-se verificado ultimamente que algumas das nossas preocupações e sugestões têm sido acolhidas por parte dos serviços; as paragens de autocarro neste momento têm condições para as pessoas poderem esperar pelos autocarros, e mais, têm horários e isso está a fazer com que haja já uma certa recuperação, e isto nota-se neste relatório, nota-se que os tarifários de motorista cresceram, isto quer dizer que as pessoas vão para as paragens de autocarro sem bilhetes pré-comprados e que de vez em quando passa um autocarro, ou se olha para o horário e vêem que está para passar um autocarro e utilizam o autocarro, e isso efectua-se essencialmente em pequenas distâncias como diz o relatório, quer dizer que está a fazer algum efeito o facto de haver paragens de autocarro e de haver horários para os autocarros e por isso, estas tendências para um aumento de passageiros é uma realidade; espero que outros melhoramentos que foram sugeridos aqui nesta Assembleia, sejam introduzidos para que os munícipes de Aveiro possam cada vez mais utilizar um serviço que está dimensionado para estes próprios munícipes."

Vogal Vitor Mangerão:

"Quero-me congratular por finalmente parecer ter sido dado o tiro de partida em relação à pista de atletismo. Como antigo Presidente da Associação Distrital de Atletismo, que na altura assinei o protocolo conjunto ainda no tempo do Ministro, Roberto Carneiro, quando se pensou que as coisas podiam andar para a frente como era justo, e actualmente o Presidente da Assembleia Geral da Federação, toca particularmente este aspecto, por uma razão, é que Aveiro entretanto, incrivelmente foi ultrapassada por uma série de distritos em relação à questão das pistas de atletismo de características de alta competição, como é o caso, agora a Pista de Atletismo com as características daquela que estamos há tanto tempo à espera em Aveiro, era absolutamente fundamental, é mais do que merecida, já vem atrasada, e isto tanto mais que Aveiro continua a ter um papel, ou melhor, uma posição destacada no Atletismo Português, nas camadas mais juvenis, que são o alforbe de onde saem os possíveis

futuros atletas de alta competição, como aconteceu felizmente algumas vezes com aveirenses, ainda a semana passada teve lugar em Lisboa aquilo que é considerada a competição mais importante a nível do atletismo juvenil em Portugal, o "Olimpico Jovem" e Aveiro ficou em terceiro lugar. Portanto eu congratulo-me por esta pista finalmente poder vir a nascer, e depois faço votos para que a gestão da pista, que se faça da forma mais razoável como é o desejo de todos nós.

Relativamente ao Plano Estratégico, acho que neste momento é fundamental que a Assembleia Municipal enquanto tal, se defina em relação à problemática do Plano Estratégico; a minha posição pessoal é esta: não compreendo qual é o protagonismo de elementos da Assembleia Municipal quando são convidados para participar no meio de um amontoado de gente ilustre, mas perfeitamente heterogénea, na discussão do Plano Estratégico, discussão preliminar proposta segundo os critérios do gabinete técnico profissional a quem foi adjudicado o Plano, e portanto não sei até que ponto é que isso apenas subordina quem lá vai em termos individuais ou se de qualquer forma se está já a antecipar qualquer espécie de vinculação desta assembleia, às posições e às directrizes que resultem dessas reuniões; eu digo isto sem quaisquer ciúmes por ter sido ou não convidado a participar, porque se o tivesse sido eu teria dito que não, por esta razão simples: ou bem que este órgão na sua constituição por elementos individuais integrando várias bancadas políticas se reserva o direito, que é o que lhe cabe, de discutir quando fôr o momento próprio, de deliberar sobre ele, quando fôr o momento próprio, ou bem que já se começa a misturar na própria discussão para a sua elaboração, segundo a orientação de um Gabinete Técnico, que não da própria Câmara Municipal que, aliás, seria descabido neste caso. Penso que há aqui uma grande confusão mesmo que seja orientada apenas por boas intenções: uma coisa, é o alargamento às forças vivas e representativas da comunidade, outra coisa é a mistura entre aquilo que são poderes instituídos e institucionais e responsáveis e portanto responsabilizados, com pessoas que não têm de responder senão pelas suas próprias opiniões pessoais, penso que há aqui uma clarificação por fazer e só se vai fazer quando finalmente aqui vier a proposta a esta Assembleia Municipal, e essa proposta terá exactamente o mesmo peso, independentemente de quantas reuniões possam ter feito o Sr. Arquitecto que manda no Gabinete, com os

seus assessores, com ilustres visitas que lá tenham na sala onde fizerem as reuniões, é exactamente a mesma coisa; o trabalho é profissional, é pago, e se é pago é para ser bem feito, não vamos misturar política com questões profissionais nisto, e eu penso que neste momento há uma grande mistura e as boas vontades às vezes confundem-se com as ingenuidades. Estou a lançar este alerta com toda a boa fé fo mundo, para que depois amanhã não haja surpresas sobre problemas que possam ser polemizados, quando afinal de contas para alguns deveriam ser consensuais e pacíficos. O Plano Estratégico é uma coisa demasiado importante para estar neste momento um bocado misturado nesta confusão toda; eu se falo assim, é porque os esclarecimentos que têm sido carreados aqui para a Assembleia Municipal, são praticamente zero, aguardemos então que finalmente entre aqui uma proposta assumida tecnicamente por quem a fez e assumida politicamente pela Câmara que é quem a tráz aqui. Quanto ao Plano Estratégico para já é isto."

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Ernesto Barros.

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara conduz-me a alguns comentários: uns de felicitações e outros nem tanto. Em primeiro lugar queria felicitar o Sr. Presidente da Câmara e a Câmara, pela forma como o problema do Metro de superfície está a ser encaminhado e fazer votos para que a solução que se encontre o mais rapidamente possível, tenha em conta as necessidades da zona envolvente de Aveiro, aquela que é servida há tantos anos pelo Vale do Vouga, e sobretudo a inflexão que houve no tratamento deste problema, parece ter afastado de vez o espectro da eliminação e da supressão da carreira do Vale do Vouga.

Em relação aos muros do Canal, é evidente que o que nos interessa é que alguém repare os muros do Canal, mas suponho que era muito salutar para que de futuro a Câmara, julgo que esta nova Câmara já terá emendado a mão, não submetesse as urgências e as suas convicções urgentes aos calendários eleitorais que terminaram por dar como resultado aquele acidente que ocorreu nos muros do Canal; felizmente o problema resolveu-se, ainda bem que alguém veio em socorro das finanças da Câmara.

O meu colega de bancada Dr. Vitor Mangerão, referiu uma circunstância que pode de facto levantar algumas questões relativamente ao trabalho que tem sido feito relacionado com o estudo preliminar do Plano Estratégico: a equipa que foi contratada pela Câmara está a consultar as chamadas forças vivas da cidade para colher elementos que lhes possam ser úteis para a elaboração dos estudos preliminares. É claro que algumas pessoas desta Assembleia têm sido contactadas e têm colaborado a dar as suas opiniões sobre o assunto e poderá de facto levantar-se a questão: a que título é que essas pessoas intervêm nesse processo? e sobretudo se há qualquer vínculo ou compromisso que possa depois condicionar a sua opinião e o seu voto nesta Assembleia. Tenho uma visão clara sobre isso, não há de facto qualquer tipo de mistura, as pessoas que têm responsabilidades quer na Assembleia, quer até no Executivo e que venham a ser ouvidas por essas equipas, fazem-no estritamente na sua qualidade de cidadãos. De forma que, o ponto crucial da discussão e do debate relativamente ao Plano Estratégico ainda não aconteceu, irá acontecer só e quando ele fôr presente à Assembleia Municipal."

Vogal Rosa Pires:

"Gostava de me congratular pela iniciativa da Câmara Municipal de levar a cabo a discussão sobre o Plano Estratégico, mas sobre isto gostava de dizer alguma coisa, pois julgo que a minha opinião deve aqui ser expressa neste sentido: primeiro ponto, gostava de sublinhar que seja o que fôr que venha a acontecer, a proposta do Plano Estratégico tem que ser sempre assumida tecnicamente pela equipa que fez o Plano e politicamente pela Câmara Municipal. Não pode estar em causa que esse processo é da equipa do Plano e politicamente da Câmara Municipal. Agora, julgo que essa proposta, a equipa do Plano está concertada preocupada com isso, esta proposta precisa de ser informada com uma visão global das diferentes perspectivas que as pessoas têm de Aveiro e, nesse sentido ela precisa de ter mais informação para que as opções sejam bem fundamentadas, e portanto a auscultação de membros desta Assembleia, que são à partida pessoas interessadas e pessoas que pensam o concelho, deverá ocorrer e só era de estranhar se não ocorresse. Gostava de dizer duas coisas: primeiro, do ponto de vista de quem participa, de forma alguma essa participação irá condicionar a

apreciação que decorrer do Plano e o próprio sentido de voto, eu posso dar as minhas opiniões, como esta relação é sempre uma relação biunívoca, uma vez que eu recebo também da equipa técnica e das pessoas que estiverem ao meu lado, uma série de opiniões que me podem ajudar a pensar de maneira diferente, portanto até de reconsiderar as posições que tenho, ajuda também a formar a minha opinião neste processo, mas eu chegando ao final tenho que fazer o meu próprio julgamento sobre a qualidade da proposta que me é feita, e portanto estou perfeitamente à vontade de votar negativamente ou abster-me ou votar positivamente, de acordo com o que eu sinta que são os méritos da proposta. Temos que desdramatizar isto, é perfeitamente lógico que chamem as pessoas, até porque o contributo é qualificado e as pessoas depois estarão à vontade para obviamente votarem como entenderem. Agora, tendo dito isto e esclarecendo esta minha posição, julgo que é vantajoso e ainda bem que o Dr. Vitor Mangerão aqui trouxe esta observação, é vantajoso que seja claro para toda a gente, que é este o enquadramento em que se processa a nossa participação, portanto aí há uma vantagem nesta discussão, fica claro que é assim, e se não fôr este o enquadramento, se fôr outra coisa que esperam de nós, então que o digam, mas foi sempre este o meu entendimento, quer aqui, quer no PDM, quer no Plano de Urbanização, quer noutras situações análogas; quero dizer que, há o mérito nesta observação do Dr. Vitor Mangerão, de esclarecer de uma vez por todas qual é o enquadramento da nossa participação neste tipo de exercícios de apoio à gestão municipal."

Vogal Custódio Ramos:

"Ouvi com muita atenção as intervenções da bancada do PSD e reconheço de facto um mérito muito grande, é que o PSD tem uma qualidade que outros Partidos não têm, os outros Partidos quando estão no poder estão no poder, quando estão na oposição estão na oposição, e não, o PSD desdobra-se em poder e oposição. De facto eu queria saber se o Sr. Presidente da Câmara nos informava se houve alterações no elenco Camarário, nomeadamente na atribuição de pelouros, passagem de Vereadores a tempo inteiro, etc, porque também penso que é uma matéria que merecerá do Sr. Presidente a atenção devida para informar esta câmara, é que não há da minha parte qualquer malícia na pergunta, há tão só a ideia muito simples, linear, desta Assembleia tirar as ilacções de

natureza política das situações, só politicamente é que nos interessa analisar; isto tem a ver com aquilo que eu disse inicialmente, com a questão de estar no poder e estar na oposição, e essa característica verifica-se ainda, permita-me aqui o sr. Prof. Rosa Pires, um comentário à sua intervenção, é que por vezes a sua vontade férrea de contribuir para o bem do Plano Estratégico, do Plano de Urbanização, roça o limiar de uma certa ingenuidade, é que estar a participar numa Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, ainda por cima com os atrasos já referidos pelo Vogal Salavessa, etc., isso é um comprometimento total nesse Plano; agora razão diferente e fundamento diferente e objectivo diferente, é fazer uma espécie de simpósium no Palácio dos Congressos em que se debata abertamente o problema, numa estratégia de abertura à sociedade civil, aí insere-se noutra figura da audição, não há compromissos para ninguém, e eu por mim só tenho pena do seguinte: não estive lá nessa perspectiva de estar junto com o povo a discutir a questão, porque infelizmente a Câmara não se dignou convidar-me, porque eu teria lá ido."

Vogal Rosa Pires:

"É só para esclarecer que não considero que a minha participação ou de outra pessoa qualquer na Comissão de Acompanhamento do Plano de Urbanização, represente um compromisso total por razões que aliás na própria Comissão de Acompanhamento já esclareci; o que eu considero é que há um nível mínimo de colaboração e que já disse que considerava que esse era um dos desafios essenciais para Aveiro nos próximos anos, uma faixa mínima de colaboração que garanta, digamos, aquilo que poderá ser um limiar de qualidades de gestão, de partilha de preocupações, sem que isso se traduza num esbater das identidades políticas e das ideias de cada um, obviamente porque é um caminho que se terá que fazer percorrendo-o e portanto poderá haver erros e poderá haver erros de ingenuidade, sempre provavelmente até ao final da nossa vida, como eu julgo que será natural, agora que esse é um desafio que estou disposto na medida do possível a fazê-lo, sem que isso, exactamente nos termos em que há pouco pus, de levar ideias, de aprender com o que se lá diz e de reformular eventualmente opiniões, é nessa perspectiva que eu estou na Comissão de Acompanhamento, tal

como estive no Plano Estratégico e continuarei a estar sempre que me for possível."

Vogal Vítor Mangerão:

"É só para que fique bem claro que o pluralismo da bancada do PSD pode suscitar precisamente isto: eu estou em absoluta divergência com o meu querido colega e técnico avalizado nestas questões, porque para mim há uma incompatibilidade absoluta neste caso. Não é possível estar-se independente para a apreciação de um processo destes, como membro da Assembleia Municipal, e aceitar-se em nome da figura da colaboração, podia ser a do diálogo, participar na discussão em termos prévios daquilo que vai ser o estudo que ele depois vai deliberar aqui. Não é que não seja humanamente compatibilizado, politicamente para mim é impossível de compatibilizar. Por outro lado está provado que a Comissão de Acompanhamento, não é verdadeiramente nenhuma Comissão de Acompanhamento e que o processo apenas vai aparecer depois, reivindicando ter sido acompanhado democraticamente, quando na verdade 99,99% daquele processo vai ser feito, vai ser conclusivo, como se não tivesse havido acompanhamento nenhum, fórum nenhum, participação nenhuma, etc, etc., é esta a base do meu pessimismo e, diabos me levem se a realidade não vai ficar provada desta maneira."

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente, eu gostaria que este debate não tivesse rasteiras do género das que o Sr. Custódio Ramos aqui pretendeu introduzir. Gostaria de pedir ao Sr. Custódio Ramos que fosse mais explícito nas insinuações que fez, se é que isso representou alguma insinuação, achava bem que especificasse para que nós pudéssemos enquadrar e saber de facto quem é que está no poder e quem é que está na oposição, confesso, permita-me que lhe diga, eu também já não sei se o PS está na oposição, se está no poder, é um problema com que me debato diariamente, e a cada decreto do PS ainda me questiono se de facto o PS terá ganho ou perdido as eleições."

Não se registando mais intervenções, usou da palavra o Sr. Presidente para entre outras questões, esclarecer que desde sempre, desde o início todos os Vereadores tiveram pelouros atribuídos, independentemente da cõr política, e por isso manifestou a sua satisfação pelo facto de todos terem aceite a atribuição desses pelouros.

HL

Relativamente à alteração recente nesta matéria, esclareceu que a mesma foi provocada pela entrada da nova Vereadora, em substituição do Dr. Nogueira de Lemos, tendo-lhe sido atribuído os mesmos pelouros. Quanto ao Sr. Tenente Coronel, Albuquerque Pinto, já tinha pelouros atribuídos e a única diferença que agora existe é que se encontra com vencimento de Vereador a meio tempo.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva, para informar que em matéria de Higiene e Limpeza verifica-se uma melhoria significativa. Relativamente ao pessoal afecto a este sector, disse que passaram vinte e três trabalhadores para a empresa que explora esta actividade, havendo também uma área que é da responsabilidade da SUMA, mas que está a ser feita pelos serviços camarários, no entanto a referida empresa está a assumir o pagamento do trabalho efectuado pelos funcionários municipais affectos a esse serviço. Considerou porém que há ainda ajustamentos a fazer neste sector, no entanto disse estar convencido que as coisas não pioraram, mas antes pelo contrário, verificou-se uma melhoria significativa.

Relativamente a matéria de trânsito e estacionamento, informou que está a ser elaborado um estudo nessa área, por uma empresa da especialidade, estudo esse que tem em conta os problemas com que a cidade se debate no dia a dia e que esse estudo será apresentado a este órgão logo que esteja concluído.

Finalmente e no que se refere à iluminação pública, considerou que de facto há que fazer uma intervenção nessa área em termos globais não só nas freguesias urbanas, mas também nas rurais. A Câmara está atenta a este problema e em conjunto com a EDP está a tentar solucioná-lo.

Não se registando mais intervenções e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente, deu por encerrada a presente reunião.

Eram 24.00 Horas.

Para constar e devidos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

[Handwritten signatures in blue ink]